

RESILIÊNCIA TERRITORIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: RUMO A UMA NOVA DINÂMICA INDUSTRIAL?

Regina Tunes

Doutora em Geografia pela USP e Professora da Universidade Metropolitana de Santos

rtunes@usp.br

Recebido em: 22/03/16; Aceito em: 01/09/16

RESUMO

O conceito de resiliência territorial tem ganhado destaque nas últimas décadas nas ciências humanas e sociais para fazer referência a capacidade dos territórios de reorganização social, econômica ou ambiental frente a um contexto de crise. Propomos nesse artigo uma análise, a luz dessa abordagem teórica, sobre a dinâmica industrial do estado de São Paulo que se apresenta, de acordo com os dados que são divulgados semanalmente nos grandes veículos de comunicação no país, em um contexto de crise que pode ser sintetizado pela expressão de “desindustrialização” do estado, mas que nos parece que, para além da crise, a dinâmica industrial do estado de São Paulo está se reestruturando e se adaptando a uma nova dinâmica econômica associada a criatividade e a inovação.

Palavras-chave: Inovação; resiliência; crise; desindustrialização; território

TERRITORIAL RESILIENCE IN THE STATE OF SÃO PAULO: TOWARDS A NEW INDUSTRIAL DYNAMICS?

ABSTRACT

The concept of territorial resilience has gained prominence in recent decades in the humanities and social sciences to refer to the capacity of social, economic or environmental reorganization outside a context of crisis. We propose in this article a review, the light of this theoretical approach, on the dynamics of the industrial state of Sao Paulo, according to the data that are published weekly in major media outlets in the country, with a context of crisis that can be synthesized by the term of "de-industrialization" of the State, but that it seems to us that, beyond the crisis the dynamics of the industrial state of Sao Paulo is restructuring and adjusting to a new economic dynamics associated with creativity and innovation..

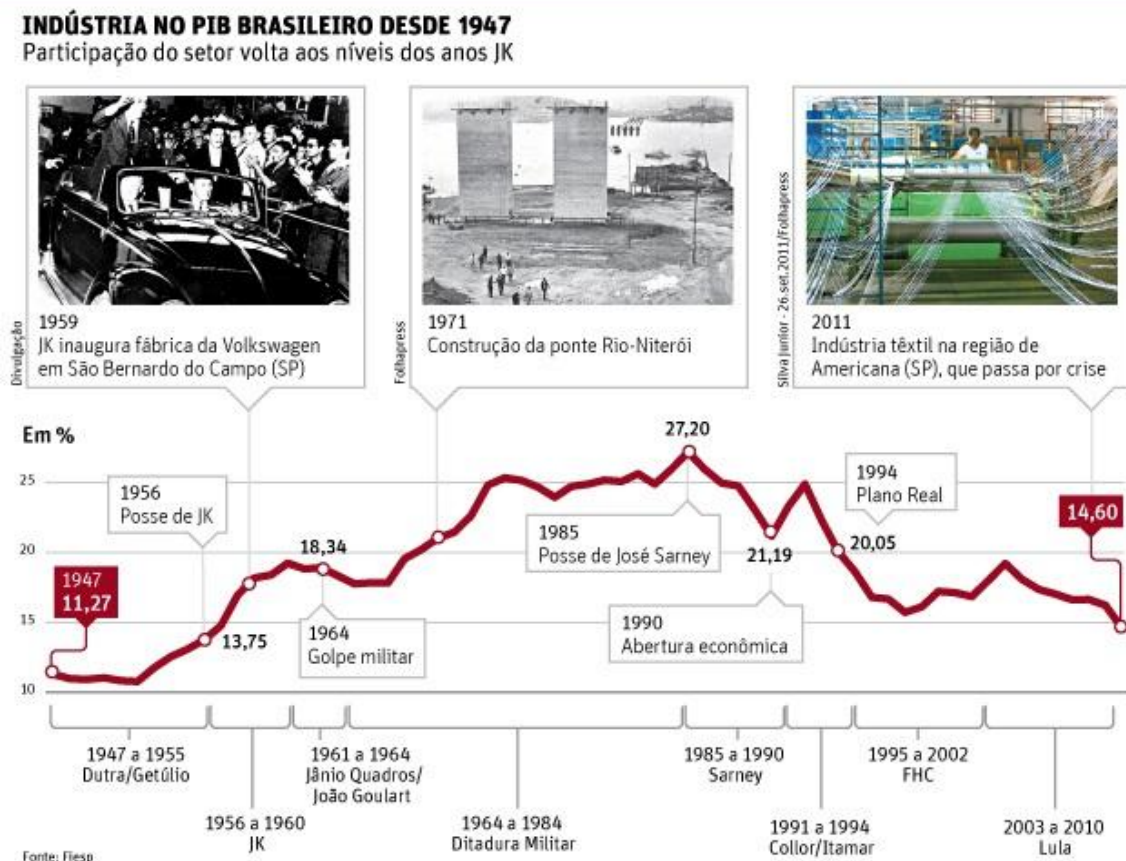
Keywords: Innovation; resilience; crisis; de-industrialization; territory.

INTRODUÇÃO

Em meados de 2012 o gráfico abaixo foi publicado no jornal Folha de São Paulo e causou grande debate tanto no meio acadêmico como na mídia em geral. O gráfico, em linhas gerais, serviu como argumento forte aos defensores da tese da desindustrialização da economia nacional e acompanhou a manchete de primeira capa do jornal: “Fatia da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) retorna ao nível dos anos 50”.

Por desindustrialização devemos entender como um processo antagônico ao de industrialização. O Brasil, de acordo com o gráfico, viveu o seu período auge na década de 1980 quando a indústria respondia por mais $\frac{1}{4}$ do PIB brasileiro. A referida década, ainda que caracterizada por crise econômica e aumento considerável do endividamento externo da economia brasileira, a indústria apresentou seu ápice em termos de produção interna. Não podemos deixar de lado o contexto econômico interno de forte protecionismo da indústria nacional e pouquíssima participação do setor nas exportações de mercadorias do país.

Figura 1 – Gráfico da desindustrialização da economia brasileira



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/07/1307079-artigos-fazem-anatomia-da-criese-na-industria-brasileira.shtml>. Acesso em 01/12/14.

A década de 1990 mostra um declínio relativo, ainda que com um período de inflexão no governo Collor/Itamar, e a partir daí o Brasil perderia, cada vez mais, representatividade da indústria no PIB nacional, comprovando então, de acordo com essa perspectiva que iremos discutir, o processo de desindustrialização que pode ser sintetizado como uma perda absoluta da indústria na estrutura industrial do país.

Assim, a questão central que esse artigo discute é a seguinte: podemos considerar que a desindustrialização é uma forma correta de interpretação dessa dinâmica industrial como aponta uma leitura aparente dos dados da imagem um?

Em outras palavras, o objetivo desse artigo é analisar a tese da desindustrialização da economia nacional e particularmente do estado de São Paulo, que ainda representa a maior fatia na participação na indústria brasileira, buscando uma interpretação da dinâmica industrial alternativa a reafirmação da perda da importância da indústria na economia nacional como o uso da expressão desindustrialização sugere.

A hipótese que vamos perseguir e discutir nesse artigo é que a desindustrialização não é novamente a melhor forma de interpretação da dinâmica industrial recente. Isso será analisado a partir de duas perspectivas: primeiro que atualmente a análise setorializada e centrada apenas em um setor econômico apresenta limitações dadas as diversas situações de complementação da produção entre os setores econômicos. E, relacionado a isso, debateremos a contribuição que a literatura recente sobre o conceito de resiliência territorial pode nos dar nesse caso no sentido de que a atual dinâmica se aproxima, a nosso ver, muito mais de um momento de mudança e adaptação da economia do estado voltada a dinâmica da economia do conhecimento (DINIZ e GONÇALVES, 2005) do que simplesmente explicada pela desindustrialização do estado.

A CRISE ANUNCIADA. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL E DO ESTADO DE SÃO PAULO

A tese da desindustrialização não é nova na análise dos dados percentuais da indústria no mundo e no Brasil. Há grandes referências teóricas na área da economia política que defendem a tese da desindustrialização sendo uma das mais conhecidas a contribuição do norte-americano Richardson (1980) denominada pelo autor de “reversão da polarização” para a análise das economias desenvolvidas.

De acordo com o autor, o processo de reversão da polarização, que pode então ser entendido como uma possibilidade de análise teórica da desindustrialização, passa por cinco estágios diferentes apontados abaixo:

- I. Concentração em algumas poucas regiões devido à existência de algumas vantagens comparativas;
- II. Concentração reforçada pelas economias de escala e deslocamento em massa da população para essas regiões;
- III. Aumento dos custos de produção na área central causados pela grande aglomeração urbana (deseconomias de aglomeração: congestionamentos, elevações no custo da força de trabalho, impostos, entre outros), fazendo com que os estabelecimentos industriais mudem para as áreas periféricas;
- IV. Deslocamentos dos estabelecimentos industriais para lugares fora da região central, que já possuem algumas economias de aglomeração e de escala;
- V. As forças de descentralização são tão grandes que até a população desloca-se das regiões centrais, registrando uma perda absoluta da população.

Como é possível notar nas etapas acima descritas, a teoria de Richardson (1980) utiliza-se dos conceitos de economias de escala ou de aglomeração e a oposição que seriam as deseconomias de escala. Sabemos que tais conceitos são bem conhecidos pela área de ciências humanas e sociais, sendo muito utilizados especialmente na área de Geografia das Indústrias nas clássicas discussões sobre a importância da localização da indústria e a análise dos processos de concentração e desconcentração industrial dos grandes centros metropolitanos mundiais.

No Brasil, as discussões sobre o processo de reversão da polarização e da desindustrialização ganharam corpo nos debates acadêmicos e jornalísticos na década de 1970, em que tivemos

perda relativa da concentração do estado de São Paulo em relação aos demais estados brasileiros, sobretudo do sul e nordeste brasileiro.

Segundo dados de Negri (1996), o estado de São Paulo perdeu relativamente indústria ao longo das décadas de 1970 e 1980, passando de 58,1% do valor de transformação industrial (VTI) industrial brasileiro em 1970 para 49,2% do mesmo dado estatístico em 1990. Em contrapartida, outros estados brasileiros, como a Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram aumento relativo no mesmo período. Ainda assim, o estado de São Paulo permaneceu como o estado mais industrializado do país.

No estado de São Paulo tivemos também uma dinâmica interna da indústria contrastante entre a capital e seu entorno metropolitano em relação ao interior do estado. A maior perda relativa da indústria foi da Região Metropolitana de São Paulo, especialmente o município de São Paulo, que passou de VTI de 43,4% em 1970 para 26,2% em 1990 em relação a distribuição nacional de acordo com os mesmos dados de Negri (1996). Enquanto o município central perdeu relativamente seu poder industrial em termos de VTI, o interior do estado de São Paulo apresentou crescimento de 14,7% em 1970 para 23% em 1990.

Os dados acima marcaram um período de crescimento dos estudos que envolveram a dinâmica industrial brasileira e do estado de São Paulo na área de economia e geografia. Houve, no período, um debate intenso sobre a forma mais adequada de interpretação teórica dos dados acima citados, polarizados por um lado pela discussão da desindustrialização e por outro pela interpretação como uma desconcentração industrial.

Sem ter a pretensão de retomar esse debate que já foi tão discutido em décadas anteriores, gostaríamos apenas de ressaltar que a grande diferença entre as duas interpretações da dinâmica industrial brasileira e paulista está na perspectiva em que se observa e interpreta o processo. Enquanto a análise da desindustrialização esteve pautada pela mensuração estatística de perda percentual de um lado e ganho de outro, a perspectiva da desconcentração industrial, que nos parece mais interessante, teve a dinâmica espacial como prerrogativa de análise.

Assim, a interpretação do processo como sendo de desconcentração industrial revelou um olhar eminentemente geográfico que entende que há uma relação entre a indústria e a produção do espaço, evidenciando não apenas uma estrita transferência de estabelecimentos industriais, mas sim uma desconcentração da própria metrópole em que as condições de produção do espaço metropolitano passam a não se restringir na área delimitada pela região metropolitana, mas sim se espalha em direção ao interior do estado de São Paulo formando o que hoje denomina-se de macrometrópole paulista.

Essa foi a perspectiva de análise dos trabalhos de Sandra Lencioni (1991) que além de analisar a formação de uma área metropolitana no estado de São Paulo maior do que a área delimitada da RMSP, mostrou também como, além do processo de desconcentração industrial, estávamos diante de um processo maior ligado a reestruturação produtiva em que a autora evidenciou a existência de estratégias diferenciadas nas empresas industriais como a terceirização e a cisão territorial da empresa industrial entre a parte da produção propriamente dita e a gerência e administração da empresa.

Na mesma linha de argumentação sobre o processo de desconcentração industrial do estado de São Paulo, em pesquisa anterior (TUNES, 2004) mostramos que esse processo, ainda que persistente na dinâmica industrial do estado ao menos em duas décadas (1970-1980), perdeu intensidade na década de 1990 e ainda foi seletivo em termos de ramos industriais. Isso significa que houve grande diferenciação em termos setoriais entre a dinâmica espacial de concentração e desconcentração da indústria. O que pudemos compreender nessa pesquisa é que os ramos da indústria mais tradicionais e que possuem baixa intensidade tecnológica foram os que mais saíram do município de São Paulo, enquanto os ramos mais modernos, denominados na época da pesquisa como sendo de “alta tecnologia”, foram ramos industriais que permaneceram e ampliaram a sua participação na metrópole.

Em síntese, o processo evidenciado nas últimas décadas do século XX, denominado por autores como Wilson Cano como sendo de desindustrialização, mostrou-se tratar mais de desconcentração industrial do que efetivamente desindustrialização, até porque o estado de

São Paulo permaneceu no início do século XXI como o estado mais industrializado do país com uma concentração de mais de 30% do PIB industrial do país, segundo dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para o ano de 2014.

Esse debate em torno do conceito de desindustrialização então retorna no início da segunda década do século XXI com um forte discurso acadêmico, jornalístico e de entidades de classe como a Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) a partir da diminuição relativa da participação da indústria no PIB brasileiro evidenciada no gráfico da figura um.

No estado de São Paulo, como já dissemos, ainda o estado mais industrializado do país, a dinâmica da participação da indústria no PIB do estado segue a mesma tendência da economia nacional. De acordo com dados da Fundação SEADE entre 1995 e 2001 o PIB industrial do estado apresentou decréscimo relativo de mais de 5%. No entanto, e esse é um dos contrapontos que destacamos, esse decréscimo é apenas relativo, pois o crescimento absoluto da participação da indústria no PIB estadual foi de praticamente 50% entre os mesmos anos passando, assim, de um montante em 1995 de 75.374 milhões reais para em 2001 117.405 milhões de reais. Em contrapartida, o que evidencia o decréscimo relativo do PIB industrial do estado, o setor de serviços praticamente dobrou o seu montante total no mesmo período.

Mais recente, ao longo da primeira década do século XXI, a pesquisa do CNI mostrou que a participação do estado de São Paulo no PIB industrial do país foi o que apresentou o pior índice de crescimento entre 2002 e 2012. Segundo essa pesquisa, o crescimento percentual do estado foi de -7,9%, enquanto o Rio de Janeiro apresentou crescimento de 3,9%, o melhor índice do Brasil, Minas Gerais e Espírito Santo 1,5% de crescimento percentual. Outros estados também apresentaram crescimento negativo como o Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia.

Além disso, a participação da indústria no PIB do estado também apresentou decréscimo no mesmo período segundo a CNI de -5,2%, perdendo apenas para o estado do Amazonas que apresentou um crescimento negativo da ordem de mais de 7%.

Porém, ainda que números bem negativos, a indústria do estado de São Paulo, segundo a mesma pesquisa do CNI, permanece com a maior quantidade em 2013 de estabelecimentos industriais do país, trabalhadores industriais, com um valor muito maior de exportação de produtos industrializados do que os demais estados brasileiros, com a maior arrecadação do Imposto sobre Circulação e Mercadorias e Serviços (ICMS) da indústria e o maior valor de PIB industrial do país.

BREVE ANÁLISE DO CONCEITO DE RESILIÊNCIA E RESILIÊNCIA TERRITORIAL

O termo 'resiliência' tem ganhado impulso nas últimas décadas nos estudos que tratam do desenvolvimento urbano e regional. De caráter eminentemente transdisciplinar tem grande tradição nas ciências naturais, na física e na psicologia.

O termo tem origem na expressão em latim *resiliens* que pode ser decomposta em duas partes, *re* significa para trás e *salire* tem o significado de pular. A expressão assim tem sua origem relacionada com a ideia de pular de volta, de retornar a uma dada situação. De acordo com o dicionário Michaelis (2014) resiliência tem quatro significados: ato de retorno de mola e elasticidade; ato de recuar; poder de recuperação e trabalho necessário para deformar um corpo até seu limite estático.

A física de materiais, segundo Méndez (2012), inaugurou o uso científico do termo que se refere à capacidade de um material elástico que recebeu um impacto para absorver e armazenar energia de deformação sem chegar a se romper se recuperando logo a sua estrutura e suas formas originais.

Na área da psicologia há estudos que relacionam a resiliência a capacidade humana de lidar com os próprios limites e a situações de adversidades. Já a ecologia, que tem uma larga tradição nos estudos sobre resiliência ecológica, o termo se refere a capacidade de um ecossistema de recuperar o equilíbrio após uma perturbação.

Em artigo seminal Holling (1973) foi um dos primeiros autores que trataram da resiliência na análise da teoria ecológica e do comportamento dos sistemas naturais. Para o autor, resiliência significa *“that is a measure of the persistence of systems and of their ability to absorb change and disturbance and still maintain the same relationship between populations or state variables”* (HOLLING, 1973, p.14).

Vários outros autores trabalharam a resiliência na perspectiva ecológica ou, como afirmou Folke (2006), com uma abordagem socioecológica que procura compreender a capacidade dos ecossistemas em absorver e se reorganizar após uma grande perturbação. Nessa abordagem inclui tanto a análise do ecossistema a partir de viés puramente natural como também na sua relação com a sociedade.

Emblemática dessa segunda abordagem é o programa da Organização das Nações Unidas (ONU) denominado de *“Desarrollando ciudades resilientes: Mi ciudad se está preparando”* que faz parte da Oficina das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR, em inglês) que busca capacitar a população de cidades que estão sob risco de forças naturais extremas, como o vulcanismo e o tectonismo, no sentido de buscar alternativas para o cotidiano dessa população que convive frequentemente sob a ameaça de um grande desastre natural e social.

Essa concepção de buscar alternativas e de adaptação da população a situações de risco é um elemento comum em praticamente todas as análises que envolvem o uso do conceito de resiliência. Entretanto, tanto Holling (1973) como Folke (2006), e outros autores como Montesinos (2013), Vieira (2012) e Méndez (2012) para citar referências mais recentes, insistem em diferenciar a resiliência da ideia de adaptabilidade, resistência ou ainda simplesmente transformação.

Ainda que as três estejam presentes na concepção da resiliência, Méndez (2012) afirma que não é correto entender o conceito como uma etapa final de um processo de transformação que passou anteriormente pela resistência e adaptação. Para o autor a ideia de resiliência deve estar relacionada com um processo dinâmico e lento

(...) pues supone reconstruir el rumbo a partir de una ruptura sin la pretensión de mantener todo igual o recuperar una supuesta estabilidad perdida, sino que la adaptación positiva a las nuevas condiciones implica necesariamente un proceso de aprendizaje junto a cierto grado de adaptabilidad y, em consecuencia, de transformación” (MÉNDEZ, 2012, p.217).

Folke (2006) afirma algo semelhante ao escrever que a importância dos distúrbios na perspectiva da resiliência é de que há aí um potencial que pode ser uma oportunidade para fazer algo novo para a inovação e para o desenvolvimento. Nota-se que a ideia de aprendizagem, adaptação e transformação definem a resiliência não como fato isolado ou na perspectiva do etapismo, mas sim no entendimento da resiliência como processo.

Polèse (2008) foi um dos primeiros autores que abordou a resiliência a partir da perspectiva urbana e regional. Na verdade, o autor propôs uma distinção entre dois tipos de abordagem da resiliência: a resiliência-A está associada a choques naturais semelhante a perspectiva ecológica e ecológica social que a pouco comentamos; e a resiliência-B, que nos interessa mais nesse artigo e que a partir de agora denominaremos de resiliência territorial, que está associada ao potencial de transformação que uma cidade ou território apresenta ante a uma crise que afeta a sua estrutura e sua trajetória histórica.

Méndez (2012, p.219) define a resiliência territorial como *“la ciudad debe reinventarse a partir de un legado específico que no se trata de eliminar de forma general sino de evaluar y reutilizar allí donde sea posible, iniciando un proceso del que sólo cabe esperar resultados significativos a medio o largo plazo”*.

Montesinos (2013, p.40-41) acrescenta que a resiliência territorial está relacionada a capacidade dos territórios de recuperação a partir de choques de caráter externo ou interno que irão *“definir un futuro territorial deseado a partir del diagnóstico de las trayectorias heredadas, considerando los elementos principales del sistema territorial”*.

Nas duas citações fica clara a ideia de que a resiliência territorial está ligada a uma ruptura que pode ser social, econômica, política ou cultural que ocorre no território, desestabilizando-o e levando a uma nova reorganização do território que pode, inclusive, incluir um avanço no desenvolvimento territorial maior do que o período anterior ao choque.

Essa reorganização territorial após um período de crise ou de choque não possui uma fórmula única, como alerta Méndez (2012), pois a trajetória do território com o uso historicamente construídos no local é importante e precisa ser levado em consideração na análise da resiliência. Isso significa dizer que não existe um modelo único que apresente estratégias para a resiliência do território, pois isso deve ser buscado localmente a partir dos dados empíricos e da dinâmica do território.

O enfoque econômico é a perspectiva que iremos analisar o conceito de resiliência territorial a partir da análise da dinâmica econômica recente do estado de São Paulo. Méndez (2012) afirma que a perspectiva econômica é a que mais tem crescido em termos de bibliografia e análises empíricas envolvendo o conceito de resiliência.

Martin (2012) também afirma que a análise econômica é uma das mais proeminentes no interesse da discussão dos estudos territoriais ligados a resiliência. Segundo o autor isso ocorre pelo aprofundamento da crise econômica do período 2008-2010 e a evidência dos claros limites que o processo de globalização tem na sua relação com o desenvolvimento dos países.

De fato, a crise econômica mundial que se arrasta com ritmos diferentes entre os diversos países do mundo desde 2008 e os conflitos que envolvem a dialética globalização, fragmentação e hierarquização podem ser considerados motores significativos para o crescimento das perspectivas que trabalham com a concepção de resiliência.

Assim, o evento de uma crise econômica pode ser considerado um momento de ruptura que force os agentes do território a gerar alternativas e estratégias para buscar a resiliência territorial. E é nessa perspectiva que vamos analisar a dinâmica econômica do estado de São Paulo, particularmente da atividade industrial que como vimos nos dados anteriores está atualmente em crise.

Porém, ao invés de interpretarmos a crise da indústria paulista apenas como a evidência do processo de desindustrialização, como parte considerável da literatura nessa área faz, propomos aqui uma análise exploratória da crise como um momento de ruptura da dinâmica anterior baseada no processo de industrialização. Essa ruptura está corroborando para uma reestruturação da dinâmica econômica do estado buscando alternativas de desenvolvimento que não estão mais baseadas apenas no emprego e na atividade industrial como única possibilidade de desenvolvimento.

Méndez (2012), nesse sentido, categoriza quatro estratégias para as cidades em crise na busca da resiliência territorial apresentados no quadro um.

Quadro 01 – Estratégias de resiliência territorial de acordo com Méndez (2012)

Estratégia de resiliência urbana	Cidade com projeto	Cidade Competitiva	Cidade Habitável	Cidade Inovadora
Características	Reforço do sistema local através de diagnósticos e planejamento estratégico, promoção de <i>clusters</i> locais e políticas de inserção local.	Promoção econômica e do emprego através do apoio a setores estratégicos, promoção do emprego e ajuda a novos empreendedores.	Melhora na qualidade de vida através da renovação de área degradadas, regeneração ambiental, melhora de equipamentos e política de habitação.	Promoção da inovação através de programas de formação, apoio a iniciativas criativas, centro de empresas, espaços para a inovação e redes digitais de alta capacidade.

Fonte: Adaptado de Méndez, 2012.

Cada uma das quatro estratégias apontada por Méndez (2012) pretende apontar uma possibilidade de resiliência territorial inclusiva, distanciando assim de políticas neoliberais que são, como aponta o autor, “*fuertemente selectivas, elitistas y destinadas a mejorar la inserción de las ciudades en la economía global*” (MÉNDEZ, 2012, p.227).

No primeiro caso, da cidade com projeto, o autor aponta a necessidade de densificar as redes locais com o objetivo de lograr e consolidar um projeto viável de cidade em consonância com políticas de planejamento em outras escalas. Esse aspecto, aponta Méndez (2012), não ignora os conflitos territoriais entre os diversos agentes do território, mas busca uma solução negociada entre o maior número possível de agentes que atuam diretamente sob esse território.

Na proposição sobre a cidade competitiva a abordagem está bem voltada para iniciativas destinadas a promoção econômica e do emprego em setores econômicos que a cidade já apresente certa tradição e crescimento, sem desconsiderar as possibilidades de fomento às novas atividades.

No terceiro caso, da cidade habitável, a estratégia de resiliência está voltada especialmente para o aumento da qualidade de vida associada com o planejamento urbanístico, especialmente no que concerne a renovação urbana de áreas degradadas, apoio a grupos em risco de exclusão, oferta de bens públicos e proteção do patrimônio.

A cidade inovadora, a última perspectiva apontada por Méndez (2012), é a estratégia de resiliência territorial que vamos discutir com maior detalhamento a partir da análise da concentração da atividade inovadora do Brasil no estado de São Paulo ligada à economia do conhecimento (DINIZ E GONÇALVES, 2005).

RESILIÊNCIA TERRITORIAL NA DINÂMICA DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Como anunciado antes, a hipótese central desse texto é que a atual crise da indústria do estado de São Paulo está ligada a uma nova dinâmica econômica que se aproxima do que vem sendo denominado de economia do conhecimento definida por

“(…) reconhecimento de que as mudanças estruturais, que vêm ocorrendo no cerne das economias e das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, reduziram a importância relativa dos ativos tangíveis (físicos e monetários), ao passo que aumentaram a importância dos ativos intelectuais ou do conhecimento. (...) Esse processo se dá em um ambiente de crescentes necessidades de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), grandes incertezas e rápida obsolescência do conhecimento” (DINIZ e GONÇALVES, 2005, p.131-132).

Assim sem negar a diminuição relativa da participação da indústria no PIB estadual e federal e o impacto que isso tem tanto nas contas públicas como na geração de emprego, nossa proposta aqui é deslocar a discussão apenas da indústria para um debate que não tenha, necessariamente, o setor econômico como recorte no objeto de pesquisa.

Tudo indica que a atual dinâmica econômica relacionada a inovação e a criatividade como parâmetros qualitativos não permite mais, do ponto de vista metodológico, uma análise radicalmente setorializada como é o caso dos estudos que apenas vislumbram a discussão da indústria. Esse é nosso primeiro contraponto quanto a teoria da desindustrialização do estado de São Paulo.

Isso porque tratar separadamente das atividades industriais e dos serviços, como atividades separadas e que possuem objetivos diferentes, nos parece que faz cada vez menos sentido em um contexto em que as atividades econômicas hoje se integram em redes e se complementam. Ou seja, a clássica divisão dos três setores da economia proposto por Clark (1940) mostra sinais que não é mais capaz de sustentar uma abordagem significativa do atual período histórico.

Ferrão (1992) destaca esse aspecto da integração entre os serviços e a indústria e aponta dois fatores explicativos para justificar a opção do autor de realizar uma pesquisa com uma “visão trans-setorial”. O primeiro motivo é a intensificação da divisão do trabalho e o segundo a desmaterialização dos processos produtivos como a automatização e as novas tecnologias da informação.

Hirschhorn (1987) também possui uma posição bem interessante sobre o tema, sobretudo porque o autor chamou a atenção para isso ainda na década de 1980, momento em que a dinâmica da economia do conhecimento ainda estava mostrando os seus primeiros passos significativos

(...) podemos caracterizar esse período (recente), não tanto pelo declínio da indústria e pela ascensão do terciário, mas antes pelas modificações da relação existente entre esses dois setores. Com efeito, nem o sector industrial desapareceu, nem os serviços substituíram a produção de bens. (HIRSCHHORN, 1987, p.8).

Assim, consideramos que a diferença na produção da indústria e a dos serviços torna-se cada vez mais tênue, a ponto de não podermos mais definir com precisão os limites de cada atividade econômica, sendo então muito mais interessante uma análise na perspectiva interssetorial, como estamos aqui propondo no artigo.

Esse é um ponto que merece atenção quando se realiza a análise da diminuição do emprego industrial em detrimento do emprego na área de serviços. Segundo dados divulgados pela CNI, o estado de São Paulo decresceu 2,7% em relação ao número de empregados na indústria entre 2003 e 2013, ainda assim permaneceu com a maior representação estatística de trabalhadores da indústria do país (30,8% em 2013). Enquanto o emprego industrial declina, sabemos que a participação do emprego nas atividades de serviço apresenta números constantemente positivos.

Porém, como dissemos acima, precisamos repensar a forma como analisamos esses dados e, mais do que isso, na metodologia empregada para realizar inquéritos sobre o tipo de emprego no Brasil. A dinâmica econômica recente ligada a perspectiva da economia do conhecimento é um forte indício de que a setorialização das atividades econômicas pode fazer pouco sentido e colaborar para uma análise superficial da questão.

Corroborando com essa análise interssetorial, o segundo ponto de nossa hipótese para discutir nesse artigo é de que a atual dinâmica do emprego, da participação do PIB e mesmo do número de estabelecimentos industriais pode se relacionar com a ideia da resiliência territorial, o que significa dizer que a crise anunciada mostra sim um sinal de ruptura do processo histórico de industrialização, mas, mais do que isso, mostra uma alteração na dinâmica

econômica do estado que deixa então de estar centrada na indústria e passa a incorporar as atividades intensivas em conhecimento.

Denominamos de atividades intensivas em conhecimento as atividades que possuem o conhecimento como força produtiva (Lyotard, 1985) e mesmo como mercadoria (Lojkine, 1995) e que desenvolvem atividades ligadas a aprendizagem e a inovação. Essas atividades inovadoras possuem a perspectiva interssetorial como prerrogativa em sua análise pois a inovação, na concepção interativa (Méndez, 1998), ocorre nas diversas formas de relacionamento entre empresas e entre estas e seus parceiros (clientes, fornecedores, institutos de pesquisa, universidades, centros tecnológicos, serviços especializados etc) dando origem ao que se denomina de redes de inovação.

Redes de inovação, de acordo com Maillat (1996), são as relações entre os agentes heterogêneos que participam ativamente da concepção, elaboração, fabricação e difusão de uma inovação.

No Brasil, as redes de inovação são muito importantes para compreender o processo de inovação. Isso porque a inovação brasileira é caracterizada pela informalidade dos processos ou pelo que Arocena e Sutz (2003) denominam de inovação com base na relação entre usuário e produtor.

Arocena e Sutz (2003) analisam o que os autores denominaram de “inovação semiperiférica” que é caracterizado por espaços interativos de aprendizagem pobres em que “redes relativamente institucionalizadas em que se resolvem certos problemas da prática a partir da colaboração entre distintos atores na identificação, geração e aplicação de conhecimentos adequados, de modo que suas capacidades se expandem” (AROCENA e SUTZ, 2003, p.211).

Os dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), elaborada pelo IBGE, mostra em números a importância das redes para a inovação do Brasil e do estado de São Paulo. No Brasil os dados do IBGE (2011) mostraram que 15,1% das empresas inovadoras, consideradas aqui os setores da indústria, da eletricidade e gás e dos serviços selecionados, recorreram a parceiros na promoção da inovação. Entre as redes de inovação mais citados, para os dados nacionais, destacam-se a relação com clientes e fornecedores e outras empresas do grupo. Do total de empresas que estabeleceram relações de parceria para a inovação no Brasil, mais de 30% estão localizadas no estado de São Paulo.

Além das redes de inovação, os dados sobre a localização das atividades intensivas em conhecimento divulgados pelo IBGE (2011) mostram a primazia do estado de São Paulo no desenvolvimento dessas atividades e, portanto, na aproximação maior do estado aos paradigmas da economia do conhecimento.

Em termos de estabelecimentos da indústria, dos serviços especializados e da área de eletricidade e gás, de acordo com o IBGE (2011), o estado de São Paulo responde por 63,7% do número de empresas da região Sudeste e mais de 30% do total nacional. Outro dado muito representativo da participação do estado de São Paulo na inovação brasileira é que do total de gastos de P&D do Brasil, 72,9% foram gastos realizados no estado de São Paulo.

As inovações brasileiras com abrangência mundial, consideradas qualitativamente superiores, são poucas representando menos de 1% da inovação realizada no país. Ainda que pouco numerosas, o estado de São Paulo é o que apresenta os maiores percentuais desse tipo de inovação. Em 2011 42% das inovações brasileiras de abrangência mundial foram realizadas em São Paulo, segundo o IBGE (2011).

A análise do território da inovação no estado de São Paulo aponta para duas possibilidades de produção do espaço associada às atividades intensivas em conhecimento: a análise dos espaços planejados especialmente para a localização de empresas intensivas em conhecimento como os parques tecnológicos ou a análise de formas espaciais sem planejamento direto e que apresentam aglomeração de empresas intensivas em conhecimento no urbano coexistindo com outras formas e funções do espaço. Apontamos anteriormente (TUNES, 2015) esses espaços como sendo ambientes inovadores urbanos.

A forma como estamos analisando a estratégia de resiliência territorial do estado de São Paulo a partir da intensificação das atividades intensivas em conhecimento reconhece as duas

possibilidades de produção do espaço inovador: os parques tecnológicos e os ambientes inovadores urbanos.

A similitude entre essas duas formas de produção do espaço reside na compreensão de que ambas são resultantes de uma dinâmica econômica seletiva do ponto de vista espacial já que está relacionada com a necessidade de certas condições gerais que permitem a produção da inovação e que estão desigualmente distribuídas no estado de São Paulo.

Essa seletividade espacial da produção inovadora aponta, certamente, para a necessidade de um planejamento territorial que possa integrar tanto as iniciativas de construção de parques tecnológicos voltados especialmente para o aprofundamento dos processos de inovação com os ambientes inovadores urbanos que surgem de relações de sinergia em áreas metropolizadas.

Esses dados corroboram, enfim, para a afirmação de que a perspectiva de uma reestruturação econômica faz mais sentido na interpretação da atual dinâmica econômica do estado de São Paulo do que a hipótese da desindustrialização.

Reestruturação da dinâmica econômica no sentido de um aumento do peso da participação das atividades intensivas em conhecimento, em detrimento das atividades industriais mais tradicionais, que certamente possui uma relação intrínseca com o território em transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de resiliência territorial, que remete a ideia de uma reorganização do território após e/ou durante uma crise que gera uma desestabilização momentânea da dinâmica territorial, nos parece assim uma perspectiva teórica interessante na compreensão da atual dinâmica da economia do estado de São Paulo.

É evidente que estamos presenciando um momento de desestabilização da economia com a queda histórica da participação da indústria no PIB. Situação essa que obviamente não é específica do estado de São Paulo, no entanto é mais intensa no estado que historicamente liderou o processo de industrialização ao longo de todo o século passado.

Contudo, e é essa fundamentalmente a contribuição desse texto, acreditamos que a dinâmica recente da indústria no estado precisa ser relacionada com uma nova forma de crescimento econômico e desenvolvimento que é a economia do conhecimento.

O crescimento da economia do conhecimento coloca em xeque, como vimos, as tradicionais análises da dinâmica territorial da indústria a partir unicamente de dados setoriais. Coloca também em discussão as transformações territoriais que estão associadas a esse novo momento da economia do estado.

Nesse sentido que, por fim, acreditamos que a abordagem da resiliência do território pode representar um percurso de pesquisa interessante como uma possibilidade de leitura da reestruturação territorial após um período de choque ou crise da dinâmica econômica do estado de São Paulo na primeira década do século XXI.

REFERÊNCIAS

AROCENA, R.; SUTZ, J. **Subdesarrollo e innovación**. Navegando contra el viento. Madrid, Cambridge University Press, 2003.

BRASIL. **Pesquisa de Inovação Tecnológica**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.pintec.ibge.gov.br/> Acesso em 13.09.11

CLARK, C. **The Conditions of Economic Progress**. London, MacMillan & Co Ltd, 1957.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Perfil da indústria nos estados 2014. Brasília, CNI, 2013.

- DINIZ, C.; GONÇALVES, E. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, C.; LEMOS, M. **Economia e Território**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2005.
- FERRÃO, J. **Serviços e Inovação**. Novos caminhos para o desenvolvimento regional. Oeiras, Celta Editora, 1992.
- FOLKE, C. Resiliense: the emergence of a perspective for social-ecologica, systems analyses. **Global Environmental Change**, 16, issue 3, 2006. p. 253-267. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.04.002>
- HIRSCHHORN, L. L'Économie Post-Industrielle: quel Travail, quelle Compétence, pour un Nouveau Mode de Production? **Économie et Humanisme**, n. 295, p. 25-43, main-juin, 1987
- HOLLING, C. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematic**, 4, 1973. p. 1-23. <https://doi.org/10.1146/annurev.es.04.110173.000245>
- LENCIONI, S. **Reestruturação Urbano-Industrial: a centralização do capital e a desconcentração da metrópole de São Paulo**. A Indústria Têxtil. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1995.
- LYOTARD, J. **La condición postmoderna**. Informe sobre el saber. Buenos Aires, Ediciones Cátedra S.A, 1987. Tradução de Mariano Antolín Rato.
- MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol.3, n.4, 2002. p. 9-16.
- MARTIN, R. Regional economic resilience, hysteresis and recessionary shocks. **Journal of Economic Geography**, vol. 12, n.1, 2012. p.1-32. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbr019>
- MÉNDEZ, R. Ciudades y Metáforas: sobre el concepto de resiliencia urbana. Ciudad y territorio: **Estudios territoriales**, XLIV (172), 2012, p. 215-231. Disponível em: <http://www.eukn.eu/fileadmin/Lib/files/ES/2013/01-CyTET%20172.pdf>. Acesso em 23/09/15.
- MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em 24/09/15.
- MONTESINOS, X. **La Resiliencia del territorio alicantino**. Una interpretación geográfica ecocrítica. Alicante, 2013. Tese (Doutorado). Universidad de Alicante.
- NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, Ed. Unicamp, 1996.
- POLÈSE, M. **The resilient city: on the determinants of successful urban economies**. Inédits. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.inrs.ca>. Acesso em 03/12/14.
- RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. **The Regional Science Association Papers**. Los Angeles, 45, 1980. p.67-85.
- SÃO PAULO (Estado). **Pesquisa da Atividade Econômica Paulista**. São Paulo, Fundação SEADE, 2001. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/paep/index.php?opt=dow>. Acesso em 01/12/14.
- TUNES, R. **Da desconcentração à reconcentração industrial: a análise da relação entre a dinâmica do espaço e a dinâmica dos ramos industriais no município de São Paulo no final do século XX**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- TUNES, R. **Geografia da Inovação**. Território e Inovação no Brasil no século XXI. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- VIEIRA, S. **Competências territoriais para o desenvolvimento: uma análise sobre a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)**. São Caetano do Sul, 2012. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.